

ACESSO À OCUPAÇÃO E À RENDA *VERSUS* ESCOLARIZAÇÃO NO ESPAÇO INTRA-URBANO DE GRANDES CIDADES: O CASO DE BELO HORIZONTE

Maria Inês Pedrosa Nahas¹
André Mourthé de Oliveira²
Antonio Carvalho Neto³

O presente artigo destina-se a contribuir na compreensão dos vínculos existentes entre o acesso à escolaridade e o acesso ao trabalho e renda, quando se trata da formulação de políticas públicas destinadas à redução das desigualdades sócio-espaciais intra-urbanas, no contexto de vulnerabilidade social predominante nas grandes cidades brasileiras. De forma geral, estudos sobre desigualdades sociais, exclusão e pobreza, no Brasil, enfocam espaços territoriais amplos tais como grandes regiões, estados ou mesmo, regiões metropolitanas, sendo poucas as contribuições relativas ao espaço intra-urbano.

Esta é a abordagem do presente estudo, que analisa as variáveis supracitadas em regiões intra-urbanas de Belo Horizonte. Estudos desta natureza se mostram hoje, especialmente relevantes, particularmente para subsidiar a formulação de políticas públicas em nível municipal, voltadas para o combate às desigualdades sociais em grandes cidades.

O artigo está estruturado em seis tópicos. Primeiramente, aborda-se o processo de desenvolvimento latino americano, enquanto gerador de exclusão, pobreza e desigualdades sociais. Na segunda parte, descreve-se o Índice de Vulnerabilidade Social de Belo Horizonte, cujos elementos foram empregados para as análises aqui desenvolvidas, análises estas descritas no terceiro tópico. A análise dos resultados, discutida nos dois tópicos que se seguem, enfoca tanto a cidade como um todo, quanto diferentes grupos de população vulnerável e é seguida de uma discussão final.

¹ Pesquisadora do IRT – Coordenadora do desenvolvimento do Mapa da Exclusão Social de BH.

² Mestre em Economia; pesquisador do IRT - Instituto de Relações do Trabalho - da PUC Minas - Prof. Assistente no Dep. de Economia da PUC Minas.

³ Diretor do IRT – Instituto de Relações do Trabalho - da PUC Minas; professor do Curso de Mestrado em Ciências Sociais: Gestão das Cidades; professor do Curso de Mestrado em Administração/ICEG da PUC Minas.

1- Exclusão social, pobreza e desigualdade: uma abordagem introdutória

O modelo de desenvolvimento latino-americano, ao contrário do que se imaginava no início do século XX, acabou por gerar o aprofundamento das desigualdades sociais, mantendo parcela cada vez maior da população, excluída dos segmentos produtivos e do padrão de consumo gerado pelo desenvolvimento econômico (Dedecca, 1990).

Desta maneira, a desigualdade - em todos os aspectos - tornou-se a tônica também do padrão de desenvolvimento no Brasil, fazendo-se presente em todos os setores da sociedade e, em boa parte, determinando a estrutura e o processo de desenvolvimento urbano.

A economia brasileira apresentou um intenso crescimento econômico durante quase todo o século XX: foi o segundo país que mais cresceu no mundo naquele século (Pochmann, 1999). O processo que possibilitou esse dinamismo foi o de “Substituição de Importações”. Este alterou quantitativa e qualitativamente a inserção internacional do Brasil, viabilizando forte expansão do produto e do emprego industriais, num contexto de relativo fechamento de nossa economia em relação à competição dos produtos importados acabados. Dado o esgotamento de tal processo (crise fiscal e de credibilidade dos governos autoritários, conflito distributivo, entre outros), vivenciamos, desde o final dos anos 70, uma situação dramática. Esta é explicada pela herança da exclusão social vinda de um modelo de desenvolvimento em crise e pelas profundas mudanças (reestruturação produtiva, abertura comercial e financeira, privatização, entre outros) que se aceleraram nos anos 80 e 90 e que significaram, pelo menos para a economia brasileira, baixo crescimento do produto, do emprego e declinante inserção internacional.

Ao início deste século XXI, é notório o sentimento de incerteza e insegurança para grande parte da população latino-americana, cujas condições de vida vêm sendo alteradas em termos de emprego, renda, consumo, moradia e segurança social, principalmente devido ao padrão de desenvolvimento que se consolidou nos últimos anos. Esta percepção é confirmada, até certo ponto, pela maior exposição dos países aos impactos provocados pela conjuntura econômica internacional, pela instabilidade dos mercados, pelo aumento da informalidade e precarização do trabalho, pelas variações

nos salários reais, além do afastamento do Estado de suas funções de prover serviços básicos de saúde, educação e proteção social.

A situação social nos países da América Latina constitui o centro das preocupações de governos e organismos internacionais, além de organizações políticas, sociais, religiosas nacionais e regionais. As estatísticas sociais dos anos 90 mostram que a sensação de risco e insegurança é um dos traços marcantes das sociedades dos países latino-americanos. Uma amostra de quase 15 000 pessoas de 14 destes países revela que a desocupação é a principal preocupação popular, seguida pela educação, questão salarial, pobreza, corrupção e instabilidade no emprego (Busso, 2001). Em sintonia com esta percepção, as estatísticas demonstram que o crescimento econômico foi mais baixo do que o esperado para o conjunto dos países da região e não contribuiu para diminuir as brechas sociais de pobreza e outras patologias sociais se agudizaram nos anos 80. Além disto, mostram que a nova estratificação social gerada por este padrão de desenvolvimento não favoreceu nem a mobilidade social ascendente nem uma distribuição mais equitativa dos rendimentos e patrimônios.

Ao contrário, na década de 90 a concentração de renda se manteve em altos níveis na maioria dos países latino-americanos, da mesma forma que a de patrimônio, capital financeiro e capital educativo. A lentidão do ritmo de crescimento econômico, juntamente com a persistência de padrões desiguais de distribuição de renda vem gerando um “excesso de pobreza” que limita severamente os avanços que se poderiam alcançar com outras políticas setoriais. Ainda que se registre certo avanço no plano social, político e na eficiência dos sistemas produtivos, a reprodução das desigualdades e riscos sociais vem se tornando uma ameaça à sustentabilidade das economias latino-americanas (Busso, op. cit).

Além disto, a situação sócio-econômica na década de 90, evidencia o surgimento de novos problemas e a ampliação de outros em larga escala, indo muito além da dimensão exclusiva da renda. Os desafios da política que se apresentam não podem ser enfrentados com as abordagens teóricas clássicas, uma vez que, na atualidade, tornaram-se insuficientes para responder à demanda por proteção e segurança das sociedades em escala nacional e local. Neste contexto, ações organizadas em torno de objetivos de interesse coletivo – *políticas públicas* – e as bases de conhecimento que as sustentam se vêm questionadas pela crescente complexidade que emerge da sociedade em escala

mundial, cujos crescentes níveis de globalização e descentralização se somam a uma distribuição assimétrica de recursos, de renda e poder.

Assim, melhorar a distribuição de renda e reduzir as desigualdades sociais que afetam determinados grupos – que em alguns países representam metade da população – são aspectos centrais para as políticas econômicas e sociais, cujo eixo articulador é fortalecer os direitos de cidadania, a equidade e o desenvolvimento. Ainda que as desigualdades sociais não sejam novas e nem tão pouco características exclusivas do atual modelo de desenvolvimento, as políticas públicas têm o imperativo de interferir nos complexos mecanismos de reprodução intergeracional das desvantagens e riscos sociais, fortalecendo os recursos educativos, patrimoniais e de trabalho dos grupos demográficos mais expostos às mudanças do entorno.

Segundo Busso (op cit) uma primeira esfera de preocupação para interferir na reprodução das desigualdades e desvantagens sociais é no mercado de trabalho, já que a inserção nas relações de trabalho é a principal fonte de sustento e sobrevivência de pessoas e lugares. Além disto, registra-se nos países da região o aumento nos níveis de desemprego (inclusive naqueles que apresentam os maiores ritmos de crescimento do PIB) e da participação relativa do setor informal no total de emprego, atingindo 48% do total em 1998.

Uma segunda preocupação é a dimensão da renda. Aqui é importante assinalar que não importa apenas a magnitude dos rendimentos que define uma população em situação de pobreza, mas também seu grau de estabilidade (ou instabilidade) e a amplitude das variações temporais.

Finalmente, do ponto de vista demográfico, as sociedades vivem uma etapa de transição que se relaciona às características do lugar e que afeta a disponibilidade de recursos de que dispõem os diferentes países. As desvantagens sociais relacionam-se assim, também às variáveis da estrutura e dinâmica da população. Lugares pobres apresentam maiores taxas de dependência familiar, menor esperança de vida, maior incidência de mães adolescentes solteiras e além de zonas de grandes riscos sociais, todos estes fatores que contribuem para reproduzir e acumular desvantagens que afetam negativamente a disponibilidade de ativos sociais que permitiriam reduzir os níveis de vulnerabilidade das gerações presentes e evitar sua transferência às gerações futuras.

No Brasil, deparamos com esforços insuficientes para ampliar a escolarização e redução do analfabetismo, o que seria importante, se não pela possibilidade de melhorar a inserção no mercado de trabalho (seja na qualidade deste, seja na renda auferida), pelo menos pela potencial elevação da cidadania e renda para quem se escolariza. As desigualdades de renda, trabalho e escolarização são temas centrais de toda a sociedade brasileira contemporânea. Nossa renda é desigual no espaço e entre as pessoas. O acesso ao trabalho é desigual, pois existem muitos sem ele e muitos em trabalhos precários e mal remunerados. A escola não é para todos e nem de todos, pois existem milhões fora dela e nela não estão garantidas as condições de aquisição cultural que podem facilitar uma melhor inserção na sociedade de consumo.

Nos anos 90 e início desta década, constata-se que as grandes áreas urbanas apresentam um conjunto significativo de problemas, seja no tocante às principais variáveis econômicas (trabalho, renda e previdência), seja nas culturais e de convívio coletivo, sendo o aumento da violência o retrato maior da desagregação deste convívio.

Neste sentido, existe um conjunto de variáveis tais como acesso à renda, à ocupação e à escolarização que podem fundamentar estudos sobre a exclusão sócio-econômica, seja ao nível de um bloco econômico, de determinado país, estado ou regiões metropolitanas. Tais estudos podem contribuir na formulação e avaliação de políticas públicas destinadas à promoção da equidade no acesso da população a bens de cidadania, como forma de inclusão ou integração social.

Entretanto, são raros estudos desta natureza para áreas intra-urbanas e este é precisamente o enfoque do presente artigo. A partir do perfil de distribuição destas variáveis no espaço intra-urbano de Belo Horizonte buscou-se aqui, apreender suas relações com a vulnerabilidade da população à exclusão social, bem como discutir seu significado como subsídio à formulação e avaliação de políticas públicas que visem ampliar o acesso ao trabalho e à renda, de forma a reduzir ou combater as desigualdades sociais intra-urbanas e a exclusão social.

A análise foi feita a partir de alguns elementos do Índice de Vulnerabilidade Social, núcleo central do Mapa da Exclusão Social da cidade, elaborado em parceria pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte (PBH, 2000).

2 O Índice de Vulnerabilidade Social de Belo Horizonte

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) de Belo Horizonte busca mensurar os diferentes níveis de vulnerabilidade da população de Belo Horizonte à exclusão social, através de medidas de acesso à 5(cinco) “Dimensões de Cidadania” (Nahas *et al*, 2000).

Quadro I: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL DE BELO HORIZONTE: NÍVEIS DE AGREGAÇÃO E RESPECTIVAS PONDERAÇÕES*

	DIMENSÕES	VARIÁVEIS	INDICADORES
IVS	AMBIENTAL (0,23)	Acesso à Moradia (0,60)	Padrão de construção (0,43) Densidade habitacional (0,57)
		Acesso à infraestrutura urbana (0,40)	Domicílios com infraestrutura urbana básica
	CULTURAL (0,18)	Índice de escolaridade	População com 1 ^o . , 2 ^o . e 3 ^o . graus
	ECONÔMICA (0,27)	Acesso ao trabalho (0,70)	Taxa de população ocupada (0,44) Índice de ocupação formal (0,56)
		Acesso à renda (0,30)	Renda média familiar “per capita”
	JURÍDICA (0,08)	Acesso à assistência. jurídica	Acesso à assistência jurídica de qualidade
	SEGURANÇA DE SOBREVIVÊNCIA (0,24)	Acesso a serviços de saúde (0,44)	Mortalidade neo e pós-neonatal
		Garantia de segurança alimentar (0,36)	Atendimento de crianças com desnutrição
		Acesso à previdência pública (0,20)	Benefícios da previdência pública

*Adaptado de Nahas *et al*, 2000.

O IVS representa a média aritmética ponderada dos valores obtidos para seus 11(onze) indicadores, agregados em níveis sucessivos: variáveis, dimensões e IVS (Quadro I). Os indicadores são georreferenciados em unidades espaciais intra-urbanas, denominadas Unidades de Planejamento (UP)⁴ que são, portanto, as unidades espaciais de cálculo do índice.

Desta maneira, a partir dos valores obtidos, estabeleceu-se a hierarquia das UP de acordo com o nível de vulnerabilidade da população residente. O IVS varia de 0 (zero) a 1,0 (um) e quanto maior seu valor, piores as condições de vida da população residente naquela UP, já que a vulnerabilidade social é um atributo negativo.

Para tornar mais compreensíveis os resultados e possibilitar a elaboração de cartografia temática, foram estabelecidas 5 (cinco) classes referenciais de valores. Estas estão apresentadas no Quadro II e no Mapa I a seguir.

⁴ As UP foram definidas pela Secretaria Municipal de Planejamento da PBH para o Plano Diretor da cidade. Na definição das mesmas foram considerados os critérios de: *i*) respeito aos limites da 9 Regiões Administrativas municipais; *ii*) respeito aos limites de grandes barreiras físicas naturais ou construídas; *iii*) padrão de ocupação do solo e *iv*) continuidade nesta ocupação.

Quadro II: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR CLASSE DO IVS*

Classe	Denominação Popular	IVS	Pop. total*	% cidade	% crianças	% jovens	% idosos
I	Extrema vulnerabilidade	Acima de 0,63	324 567	16	26	17	5
II	Alta vulnerabilidade	Entre 0,5 e 0,63	687 668	33	22	15	6
III	Relativamente vulnerável	Entre 0,4 e 0,5	452 237	22	20	14	9
IV	Baixa vulnerabilidade	Entre 0,28 e 0,4	368 724	18	17	13	14
V	Não vulnerável	Até 0,28	254 559	12	12	13	14
POPULAÇÃO TOTAL DA CIDADE			2 087 755 HABITANTES				

*Fonte: Banco de Dados do Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte – PUC/PBH.

3 Metodologia

Foram feitas análises de correlação espacial considerando todos os elementos que compõem a Dimensão Cultural e a Dimensão Econômica do IVS (ver Quadro III adiante). Para atender aos objetivos aqui pretendidos, selecionaram-se alguns destes elementos considerando-se as correlações observadas entre as *taxas de população em cada nível de escolarização - 1º, 2º e 3º graus* - e os indicadores:

- *Taxa de Ocupação* (denominada apenas “Ocupação”, nas análises adiante);
- *Índice de Ocupação Formal* (aqui denominado “Emprego”);
- *Renda média familiar “per capita”* (“Renda”).

Ao conjunto de valores obtidos para cada elemento, aplicou-se o coeficiente de Spearman⁵. Os elementos selecionados foram testados dois a dois e o conjunto de dados foi organizado em escala ordinal, ou seja, os dados dos dois elementos em questão, foram arranjados em ordem crescente, de maneira que os valores receberam uma posição segundo a sua grandeza. O coeficiente foi então calculado a partir das diferenças em relação à posição de uma determinada unidade de análise (UP) em cada elemento considerado.

Para os testes de correlação, considerou-se como universo de análise, primeiramente a cidade como um todo, ou seja, todas as UP, visando determinar as correlações existentes entre os elementos selecionados, independentemente do nível de vulnerabilidade social da população. Num segundo instante, tomou-se como universo de análise o conjunto de UP de cada classe do IVS, investigando-se a existência de correlações, em diferentes níveis de vulnerabilidade social.

⁵ Software: SPSS.

Quadro III: DESCRIÇÃO ELEMENTOS DO IVS CONSIDERADOS NAS ANÁLISES

DIMENSÕES DE CIDADANIA	VARIÁVEIS	INDICADORES	DESDOBRAMENTOS	FONTES DOS DADOS
CULTURAL	Acesso à educação	Índice de escolaridade: Média ponderada dos valores obtidos para o 1º., 2º. e 3º. graus	Razão entre a escolaridade observada para as faixas etárias correspondentes ao 1º. grau, e a escolaridade esperada, em anos de estudo, se todos freqüentassem a escola igualmente, nos mesmos níveis, na idade adequada.	Contagem populacional do IBGE (1996)
			Idem, para o 2º. grau	
			Idem, para o 3º. grau	
ECONÔMICA	Acesso ao trabalho	Taxa Ocupação: relação entre a população ocupada e a que, devido à faixa etária (25-50 anos), supostamente estaria ocupada.		Censo Demográfico do IBGE (1991)
		Índice de Ocupação Formal: razão entre população com ocupação formal (carteira de trabalho assinada) e informal.		Censo Demográfico do IBGE (1991)
	Acesso à renda	Renda média familiar “per capita”: média de faixas de distribuição da renda nominal familiar per capita, em SM.		Censo Demográfico do IBGE (1991)

* Adaptado de PBH, 2000.

4 Análise e discussão dos resultados: a cidade como um todo

O Quadro IV mostra as correlações encontradas, considerando-se a cidade como universo de análise.

Quadro IV: CORRELAÇÕES ESPACIAIS OBSERVADAS NA CIDADE

DESCRIÇÃO	OCUPAÇÃO	EMPREGO	RENDA
% pop. 1º. grau		0,387**	0,348**
% pop. 2º. grau	0,589**	0,753**	0,846**
% pop. 3º. grau	0,757**	0,650**	0,896**

** Correlação em nível de significância = 0,01.

O primeiro resultado que chama a atenção é a inexistência de qualquer correlação entre a escolarização de 1º. grau e o indicador “Ocupação”. Para melhor compreensão deste resultado, vale lembrar que este indicador abrange toda e qualquer ocupação, por qualquer período de tempo e que, além disto, a taxa de população em trabalho informal é o que o diferencia do indicador “Emprego”. Assim, pode-se dizer que o acesso à ocupação em geral (e à informalidade em particular), não está vinculado à escolaridade de 1º. grau. Porém, tais correlações crescem à medida que se eleva o

nível de escolarização, tornando-se significativas mesmo com a escolarização de segundo grau. Em outras palavras, se a escolaridade de 1º grau, por um lado, não se relaciona ao acesso à ocupação, por outro, este último vincula-se fortemente à escolarização em nível de 2º grau.

A segunda observação importante é que para os indicadores “Emprego” e “Renda”, observam-se correlações muito baixas quando se trata da escolarização de 1º grau, sugerindo que apenas pequena parcela da população, com este nível de escolaridade, tem acesso ao Emprego. Além disto, neste caso, o acesso ao Emprego relaciona-se fracamente com o acesso à renda. Entretanto, quando se trata do 2º e 3º graus, naturalmente observam-se altas correlações mas, o fundamental é que, nestes casos, *acesso ao Emprego está vinculado com acesso à renda, mesmo quando se trata apenas da escolarização em nível de 2º grau.*

5 Análise dos resultados em diferentes níveis de vulnerabilidade social

O Quadro V demonstra as correlações observadas, tomando-se como universo as UP de cada uma das classes do IVS.

QUADRO V: CORRELAÇÕES ESPACIAIS OBSERVADAS EM CADA CLASSE DO IVS.

DESCRIÇÃO	OCUPAÇÃO	EMPREGO	RENDA
CLASSE I			
% da população com 1º grau		0,694**	
% da população com 2º grau		0,635**	0,532*
% da população com 3º grau			
CLASSE II			
% da população com 1º grau			- 0,538*
% da população com 2º grau			
% da população com 3º grau			0,770**
CLASSE III			
% da população com 1º grau	- 0,554*		-0,575*
% da população com 2º grau			-0,554*
% da população com 3º grau			0,557*
CLASSE IV			
% da população com 1º grau			
% da população com 2º grau			
% da população com 3º grau			0,825**
CLASSE V			
% da população com 1º grau		- 0,727*	
% da população com 2º grau			- 0,655*
% da população com 3º grau			0,718*

* Correlação em nível de significância = 0,05 - ** Correlação em nível de significância = 0,01

As análises por classe do IVS tiveram como objetivo determinar a relação entre as correlações espaciais e o nível de vulnerabilidade da população à exclusão social.

Neste contexto, o primeiro resultado importante é, novamente, *a ausência de correlação entre a escolaridade de 1º. grau e o acesso à Ocupação, em todas as classes, independentemente do nível de vulnerabilidade*. Entretanto, aqui inexistem correlações deste indicador também com escolarização de 2º. e 3º. graus. A partir de tais observações pode-se afirmar que a existência de vínculo entre acesso à Ocupação (qualquer) e escolarização - em qualquer nível - não se relaciona à vulnerabilidade da população estudada. Em outras palavras, tal vinculação pode se estabelecer em qualquer lugar da cidade e, certamente, está na dependência de outros fatores que não a vulnerabilidade social.

A segunda observação fundamental é *a existência de correlações entre Emprego e escolarização de 1º. e 2º. graus, somente na classe de extrema vulnerabilidade*. Além deste fato, observa-se também que, *nesta classe, a escolaridade de 2º. grau correlaciona-se com o acesso à renda, o mesmo não ocorrendo com a de 1º. grau*.

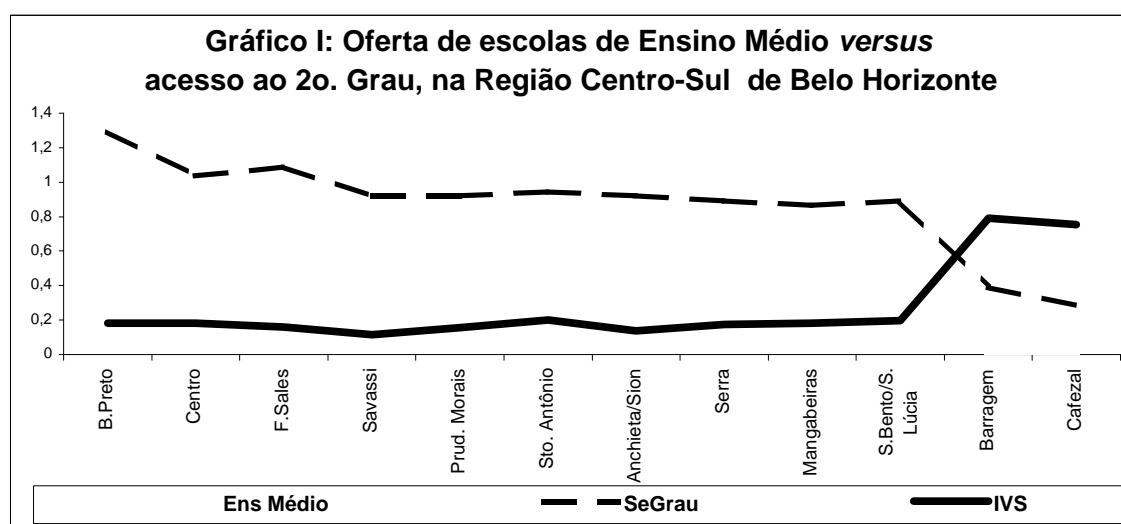
O terceiro campo de observações refere-se à correlações observadas com o indicador “Renda”. Primeiramente, é importante salientar a ausência de correlação deste indicador com a escolaridade de 1º. grau, em toda a cidade, tornando-se inclusive negativa em alguns casos, denotando relação inversa entre os elementos. Portanto, em qualquer situação - seja ela de maior ou menor vulnerabilidade - a escolarização de 1º. grau (apenas) não implica em acesso à renda. *O mesmo entretanto, não ocorre com a escolarização de 2º. grau, registrando-se correlações positivas, exclusivamente na classe I, de maior vulnerabilidade*. Nas outras classes tal correlação inexistente, ou até mesmo se torna negativa. Finalmente, cabe aqui comentar as correlações com a escolarização de 3º. grau, fortes e significativas em todas as classes, *exceto na classe de extrema vulnerabilidade*.

6 Discussão e Conclusões

A partir dos resultados apresentados pode-se afirmar que a escolarização de 1º. grau somente, não se vincula ao acesso ao trabalho de qualquer natureza. Na realidade, tornou-se claro no decorrer das análises que na situação de vulnerabilidade social, *promover o acesso, de todos, à escolarização de 2º. grau, sem dúvida alguma se*

constitui numa política pública de inclusão no mercado formal de trabalho e de acesso à renda, em Belo Horizonte.

Entretanto, não se pode deixar de salientar aqui que, enquanto política de inclusão social, a oferta de escolas para este nível (escolas de Ensino Médio) deve se dar nos locais onde vive a população vulnerável, promovendo também o *acesso espacial* à escola, além do acesso social. Conforme demonstra o Gráfico I que se segue, nas UP de baixa vulnerabilidade (ou não vulneráveis) a população exibe alta taxa de escolarização no 2º. grau, independentemente da quantidade de escolas de Ensino Médio, existentes no local. Por outro lado, nas UP de alta vulnerabilidade, a pequena quantidade de escolas ofertadas para este nível de ensino é acompanhada de baixas taxas de escolaridade de 2º. grau.



Fonte: Banco de Dados do Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte – PUC/PBH.

Finalmente, é essencial discutir também dois outros aspectos. Primeiramente, a questão do mercado de trabalho: não se pode afirmar que se toda a população vulnerável de Belo Horizonte tiver acesso ao 2º. grau, terá também acesso ao emprego e à renda, devido à estrutura de oportunidades oferecida pelo mercado atual. Não se pode esquecer que, devido a questões estruturais, relacionados ao processo de desenvolvimento, as taxas de desemprego são crescentes no Brasil desde 1996 e, da mesma forma, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além disto, estas taxas crescem também para a população escolarizada embora, proporcionalmente, cresçam muito mais para a população com baixa escolaridade ou não escolarizada. É importante afirmar que a inserção no mercado de trabalho depende de outras variáveis além escola, entre elas,

uma principal, é a qualificação ocupacional. As estatísticas sobre desemprego demonstram a existência de uma grande parcela de jovens com segundo grau desempregados.

Um segundo aspecto, embora não menos importante é que a pobreza não gera apenas degradação social: os pobres também desenvolvem seu lado de organização, de resistência, de busca de alternativas e de disputa por melhores condições de vida. Neste sentido, políticas públicas para promover a geração de trabalho e de renda, podem criar possibilidades de ocupação, bem como espaço para ações alternativas, estabelecendo bases para uma economia do trabalho ou “economia solidária”. A constituição de redes (de empreendimento, de formação profissional e outras), de cadeias de produção, de sistemas tais como sistemas públicos de trabalho e renda são também referências centrais nesta linha de ação (Barcelos, 2002).

Desta forma, quando se trata de políticas públicas para promover a inclusão da população vulnerável no mercado de trabalho e o acesso à renda, sem dúvida alguma a promoção da escolaridade para todos, em nível de 2º. grau, se mostra fundamental frente às características do mercado de trabalho atual. Porém, esta certamente não é a única política pública de promoção cultural: torna-se fundamental promover a qualificação profissional para inserção em diversos segmentos do mercado. Além disto, é importante criar espaço para o desenvolvimento de iniciativas populares de acesso ao trabalho e à renda.

Afinal, o papel de uma gestão pública comprometida com as questões sociais é fazer da exclusão social um desafio, buscando alternativas em direção a melhores condições de vida para a população vulnerável.

Referências Bibliográficas

- BARCELOS, Adair. Geração de Trabalho e Renda frente à exclusão social. In: **Porto Alegre da Inclusão Social**. Fórum de Políticas Sociais. Secretaria de Governo Municipal. Prefeitura de Porto Alegre. Janeiro, 2002.
- BUSSO, G. **La vulnerabilidad social y las políticas sociales a inicios do siglo XXI. Una aproximación a sus potencialidades y limitaciones para los países latinoamericanos**. In: Seminário Internacional: “Las diferentes expresiones de la Vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe”. Comissão Econômica para América Latina y el Caribe (CEPAL) e Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población. Santiago de Chile, 20 e 21 de junho 2001.
- DEDECCA, C. **Mercado de Trabalho Metropolitano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo**, IE/UNICAMP, Tese de Doutorado. São Paulo, 1990.
- NAHAS, M., RIBEIRO, C., ESTEVES, O., MOSCOVITCH, S., & MARTINS, V.L.A.B. O Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte: metodologia de construção de um instrumento de gestão urbana. **Cadernos de ciências sociais**, v. 7, n. 10, p.75-88, 2000.
- OIT – Oficina Internacional del Trabajo. **Informe sobre el empleo en el mundo**. 1998-99. Ginebra, 1998.
- OLIVEIRA, S., SOUZA, R., DAVIS JR., C. & AMARAL, F. O geoprocessamento na definição de unidades espaciais para o IQVU/BH. **Espaço BH**, Belo Horizonte, N.0, dez.1996.
- PBH – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Mapa da Exclusão Social de Belo Horizonte. **Planejar BH**, v.2,n.8. Secretaria Municipal de Planejamento/PBH. Ago/2000
- POCHMANN, M. (1999) O Mundo do Trabalho em Mudança. In: **Relações de Trabalho Contemporâneas**, Nabuco, M. Regina e Carvalho Neto, A.(Orgs.). Instituto de Relações do Trabalho/PUCMINAS, Belo Horizonte.
- SIEGEL, S. **Estatística Não Paramétrica** — McGraw-Hill do Brasil. Rio de Janeiro, 1975.